



Número: **0817903-25.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT**

Última distribuição : **18/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
BRUNO DE LIMA BEZERRA (AUTOR)		SUHELLEN CRISTINA DANTAS DA SILVA (ADVOGADO) RICARDO VICTOR PINHEIRO DE LUCENA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10344 007	05/05/2017 13:58	Petição Inicial	Petição Inicial
10344 048	05/05/2017 13:58	INICIAL BRUNO DE LIMA	Petição Inicial

Petição inicial em anexo.



RICARDO LUCENA
ADVOCACIA

MM. JUÍZO DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO.

BRUNO DE LIMA BEZERRA, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, com RG nº 5269002 MT/RN, inscrito no CPF nº 017.143.054-90, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, 271, Loteamento Santarém, Bairro Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN, CEP: 59114-150, endereço eletrônico inexistente, estando o do escritório no rodapé, vem por intermédio de seus advogados, conforme procuração em anexo (doc. 01), a presença deste Ilustre Juízo propor

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20.031-205, endereço eletrônico depto.tributos@portoseguro.com.br, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

[+55 84 2226-9797](tel:+55842226-9797) | 98862-5059

Themis Tower - Rua Dr. Luiz Felipe Câmara, 55, Sala 1604, CEP 59.064-200, Lagoa Nova, Natal/RN



I. DA JUSTIÇA GRATUITA

1. Inicialmente o autor vem requerer os benefícios da Justiça Gratuita, devido ao fato de não poder arcar com as custas e honorários advocatícios, principalmente após o acidente, visto que não possui emprego e teve a mobilidade reduzida, fato que vem dificultando bastante o exercício de qualquer atividade.

2. Sendo assim, por atender aos requisitos presentes no art. 2º, parágrafo único da Lei 1.050/60, requer a concessão para demandar sob o pálio da justiça gratuita.

II – DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL

3. O autor reside no município de Natal/RN (doc. 03), tendo o acidente ocorrido na cidade de Maxarauape/RN. Desde já opta pelo foro da comarca de Natal, tendo em vista ser o município de sua residência.

4. Tal opção é possível, visto que o STJ recentemente pacificou a questão no julgamento sob o rito dos recursos especiais repetitivos (CPC, art. 543-C) do REsp 1357813, editando a súmula nº 540, assentando que: “Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu”. (Grifei)

III. DOS FATOS

5. O requerente foi vítima **de um acidente de trânsito no dia 09 de Abril de 2016,** quando ocorreu uma colisão frontal entre o veículo do requerente (moto) e outro veículo (moto), decorrendo em lesões.

6. Após o acidente, o autor foi socorrido pela SAMU (doc. 4) e encaminhado para o Hospital Walfredo Gurgel em Natal/RN, onde foi atendido e [+55 84 2226-9797](tel:+55842226-9797) | 98862-5059

Themis Tower - Rua Dr. Luiz Felipe Câmara, 55, Sala 1604, CEP 59.064-200, Lagoa Nova, Natal/RN



identificado como paciente politraumatizado, com TCE, Trauma Cervical e fratura grave em Membro Superior Esquerdo. O Boletim de Ocorrência encontra-se em anexo (doc.05), assim como também o Boletim de Atendimento de Urgência (doc.06).

7. Posteriormente ao ocorrido, o autor continuou realizando o tratamento, tendo se submetido à análise junto ao Hospital Universitário Onofre Lopes no dia 29/04/2016 (doc. 07), apresentando sequelas irreversíveis até o dia de hoje, conforme se pode observar da análise do atestado médico em anexo (doc. 8). Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico e diante das sequelas do acidente, vem requerer o valor da indenização referente ao seguro DPVAT.

IV. DA PERÍCIA

8. Diante da situação fática aqui elencada, ao nosso sentir se faz necessário que o(a) Douto(a) Julgador(a) determine a produção de prova pericial para avaliar as sequelas do autor, de modo que seguem os quesitos que deverão ser respondidos pelo *expert*:

- a) Quais as lesões sofridas pelo Autor(a)?**
- b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?**
- c) A incapacidade é total ou parcial de acordo com a tabela que rege o Seguro DPVAT?**
- d) A incapacidade se parcial, é completa (100%) em relação à(s) parte(s) do corpo afetado ou é incompleta?**
- e) No caso de invalidez parcial (ais) incompleta(s), a repercussão da lesão para a capacidade laborativa é intensa (75%), média (50%), leve (25%) ou residual (10%)?**

9. Em se tratando dos encargos referentes à perícia, requer desde já, considerando o Convênio nº 01/2013 firmado entre o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e a Seguradora Líder, onde firmou-se o compromisso de que as despesas com a produção de prova pericial seriam custeadas pelas seguradoras nas ações de cobrança

[+55 84 2226-9797](tel:+55842226-9797) | 98862-5059

Themis Tower - Rua Dr. Luiz Felipe Câmara, 55, Sala 1604, CEP 59.064-200, Lagoa Nova, Natal/RN



de seguro obrigatório, que estes sejam arcados integralmente pela parte ré, levando em conta também o princípio da inversão do ônus da prova em favor da parte hipossuficiente da relação jurídica aqui debatida.

V. DOS PEDIDOS

10. Diante do que foi exposto, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne em:

a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os **benefícios da Justiça Gratuita**, nos moldes e pelos fatos acima mencionados;

b) Determinar a citação do Réu no endereço acima declinado, para que compareça à Audiência de Conciliação, produzindo a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato;

c) Entendendo Vossa Excelência pela necessidade de perícia médica, que sejam respondidos os quesitos do item acima mencionado e que a demandada seja obrigada a arcar com os honorários periciais sob pena de revelia ou confissão ficta dos fatos narrados pelo autora na inicial;

d) Julgar a Demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Ré a pagar ao Autor, indenização referente ao seguro DPVAT, de acordo com o grau de invalidez apurado na perícia médica, calculado com base na tabela, acrescido de juros de mora e correção monetária desde a data do evento danoso, em conformidade com as Súmulas 54 e 580, respectivamente, do Colendo Superior Tribunal de Justiça;

e) Que seja condenada a parte Ré ao pagamento dos honorários sucumbenciais, em percentual a ser arbitrado por esse Douto juízo incidente sobre o valor da condenação, nos termos do 85, §2º do CPC 2015;

[+55 84 2226-9797](tel:+55842226-9797) | 98862-5059

Themis Tower - Rua Dr. Luiz Felipe Câmara, 55, Sala 1604, CEP 59.064-200, Lagoa Nova, Natal/RN



Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entender necessário.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), meramente para efeitos fiscais.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 05 de Maio de 2017.

Ricardo Victor Pinheiro de Lucena
OAB/RN nº 9.656

Suhellen Cristina Dantas da Silva
OAB/RN 9076

[+55 84 2226-9797](tel:+55842226-9797) | 98862-5059

Themis Tower - Rua Dr. Luiz Felipe Câmara, 55, Sala 1604, CEP 59.064-200, Lagoa Nova, Natal/RN